



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CARTA CONTRATO Nº 24/2021

CARTA-CONTRATO Nº 24/2021/TRE-RO.

PROCESSO SEI Nº 0002499-60.2021.6.22.8000

CARTA - CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA ÁGUAS DE PIMENTA BUENO SANEAMENTO SPE LTDA., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA O FÓRUM ELEITORAL DE PIMENTA BUENO/RO.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: **ÁGUAS DE PIMENTA BUENO SANEAMENTO SPE LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 23.201.047/0001-19, com sede na Avenida Av. Castelo Branco, 1031, sala 04, Bairro Pioneiros, CEP: 76.970-000, Pimenta Bueno/RO, Telefone: (69) 99602-0622, E-mail: eduardo.paula@aegea.com.br, representada neste ato pelo seu Administrador Presidente, Senhor **EDUARDO LANA DE PAULA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 109135822 - SSP/RJ, inscrito no CPF sob n.º 085.054.237-55.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 11.445/07 (Saneamento Básico) e, supletivamente, Lei 10.406/2002 (Código Civil).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Inexigibilidade de Licitação no artigo 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93.

Ato de Autorização da Despesa e Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: DESPACHO Nº 1510/2021 - PRES/GABDG (evento [0756510](#)), de 03/11/2021.

UNIDADE GESTORA: O gestor desta Carta-Contrato será o titular da Seção de Administração Predial/SEAP, auxiliado por servidores lotado na unidade. O **fiscal** do contrato será o Chefe de Cartório Administrador do Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno. Nas ausências legais dos titulares da gestão e da fiscalização, caberá aos seus substitutos legais tal incumbência. As atribuições do gestor e do fiscal estão previstas na IN 04/2008-TRE-RO.

DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS:

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 25, *caput*, da Lei nº 8666/93 que autoriza a contratação sem exigência de licitação quando houver inviabilidade de competição, as partes acima identificadas **RESOLVEM**, em comum acordo, celebrar a presente Carta-Contrato, segundo os princípios e demais disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores no que for aplicável aos contratos da Administração Pública, assim como fica sujeito às disposições contidas na Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, e vinculado aos termos das cláusulas e condições a seguir estipulados.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento particular, fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** sob o número de matrícula órgão e endereço abaixo discriminado:

MATRICULA	NOME	ENDEREÇO	CIDADE/UF
127-9	Tribunal Regional de Eleitoral	Av. Castelo Branco, 970 -	Pimenta Bueno/RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Rondônia/Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno	Bairro dos Pioneiro	
--	--	---------------------	--

1.1.1. As partes assumem e reconhecem que a **CONTRATADA** fica dispensada de processo licitatório nos termos do art. 25, *caput*, da Lei nº 8666/93 por tratar-se de empresa única e exclusiva na prestação dos serviços ora contratados.

1.1.2. A **CONTRATADA**, desde já, se responsabiliza pela qualidade dos serviços prestados, nos termos do que predispõe as normas e padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde, os quais deverão estar em total conformidade com os dispositivos deste contrato, bem como deverão estar em consonância com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis ao objeto contratual.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTO DE MEDIÇÃO

2.1. A **CONTRATADA**, fará a instalação de hidrômetro para a medição do consumo de água pelo **CONTRATANTE**, se ainda não estiver instalado, na localidade de descrita no item 1.1. deste instrumento contratual.

2.1.1. Caberá ao **CONTRATANTE**, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pela **CONTRATADA** preparar o local destinado à instalação do hidrômetro, caso necessário.

2.1.2 O hidrômetro faz parte do ramal predial de propriedade da **CONTRATADA**, sendo de sua competência a instalação, manutenção e aferição, e os hidrômetros instalados, que são de propriedade da **CONTRATADA**, deverão ser previamente testados pelo **INMETRO**.

2.2. Cabe ao **CONTRATANTE** assegurar à **CONTRATADA**, ou empresa credenciada devidamente identificada, o livre acesso ao cavalete para execução dos serviços de manutenção e leitura do hidrômetro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.3. O CONTRATANTE é civilmente responsável pela guarda do hidrômetro, sendo-lhe absolutamente vedada a substituição ou remoção do mesmo, e responderá pelos estragos que esse equipamento sofrer enquanto estiver sob a sua guarda, salvo os decorrentes de uso e da ação do tempo.

2.4. A medição dos consumos de cada prédio será feita através de hidrômetros, com leituras mensais, compreendendo o período de 30 (trinta) dias para faturamento.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE TARIFÁRIO

3.1. Para efeito de faturamento e cobrança dos volumes de água fornecidos será adotada pelo presente Contrato da seguinte Dotação Orçamentaria Tabela Tarifária de Água da **CONTRATADA** estabelecida no Contrato de Concessão de Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nº 090/2003, fruto da licitação de Concorrência Pública 06/CO/2003, devidamente publicado no Diário Oficial.

3.1.1. Para efeito de aplicação de tarifa o **CONTRATANTE** ficará cadastrada na categoria “Pública”, sujeita às tarifas especificada no Regulamento de Serviço, o qual futuramente será encaminhado pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**.

3.1.2. A tarifa estará sujeita ao mesmo reajuste da Tabela Tarifária da **CONTRATADA** adotada para todos os usuários, conforme especificações do Contrato de Concessão e Regulamento de Serviço, o qual futuramente será encaminhado pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**.

3.1.3. A **CONTRATADA** deverá informar a **CONTRATANTE** sobre o reajuste das tarifas com uma antecedência de 30 (trinta) dias em relação ao início da vigência da tarifa reajustada.

3.1.3.1 A informação do reajuste tarifário se dará na fatura de água entregue ao **CONTRATANTE**, no mês que anteceder a aplicação do reajuste.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2. Para efeito de cobrança pela coleta e tratamento de esgoto a **CONTRATADA** se baseará no volume de água medido e ao valor da fatura acrescentará o percentual determinado pela Tarifa Referencial de Esgoto - TRE, salvo se não houver coleta de esgoto no local da prestação de serviço.

3.2.1 O percentual da taxa cobrada pela coleta e tratamento do esgoto será o mesmo atribuído aos demais usuários de acordo com as especificações do Contrato de Concessão e Regulamento de serviço, o qual futuramente será encaminhado pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**.

3.2.2 O percentual da taxa cobrada pela coleta e tratamento do esgoto poderá ser alterado pela **CONTRATADA**, respeitando o procedimento do Regulamento de Serviço (o qual futuramente será encaminhado pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**) e as determinações do Contrato de Concessão, e a **CONTRATADA** deverá informar o **CONTRATANTE** sobre o reajuste do percentual com uma antecedência de 30 (trinta) dias em relação ao início da vigência da tarifa reajustada.

3.3. O **CONTRATANTE** fica sujeito às cobranças dos demais serviços descritos no Regulamento de Serviço (desde que este regulamento seja encaminhado pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**), quando solicitar, ciente de que o valor atribuído ao serviço solicitado, será cobrado em sua fatura de consumo, de acordo com as especificações do Regulamento de Serviço (o qual ainda está pendente de ser encaminhado pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**).

CLAUSULA QUARTA – DO FATURAMENTO

4.1. O volume de água faturado será sempre o volume medido registrado no hidrômetro, porém sempre que o volume medido for inferior ao volume mínimo, o volume faturado será igual ao volume mínimo estabelecido, qual seja 10m³.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.1.1. O volume de água será medido mensalmente de acordo com o cronograma de faturamento da **CONTRATADA**, oportunidade em que será emitida a fatura com respectivo volume de água medido e valor correspondente.

4.1.2. Verificada a impossibilidade da leitura do hidrômetro, a cobrança do volume de água faturado, far-se-á pelo consumo mínimo, até a regularização da medição normal.

4.2. O faturamento do consumo será feito mensalmente, pela **CONTRATADA**, ficando entendido desde já que será considerado como demanda faturável mensal o consumo de água, registrado no hidrômetro num período de 30 (trinta) dias, acrescido da tarifa de esgotamento sanitário, se houver rede coletora no local da prestação do serviço.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão **inicialmente com recursos do Orçamento Anual de 2022 do TRE-RO**, sendo que para os demais exercícios ocorrerá com recursos dos respectivos orçamentos, conforme resumo abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
PLANO INTERNO:	AIEF ÁGUA

5.1.1. Para fins de dotação orçamentária estima-se o valor de **R\$ 12.371,50 (doze mil trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos)**, para o período de 60 (sessenta) meses.

5.1.2. O valor acima descrito se baseia na estimativa de consumo mensal micromedido, conforme a tarifa vigente no momento da assinatura desta Carta-Contrato. Havendo consumo acima desta média, a valor a ser cobrado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

será calculado de acordo com a estrutura tarifária praticada pela **CONTRATADA**.

5.1.3 Os valores acima tratados serão modificados sempre que houver reajuste tarifário devidamente autorizado pelo Município, aplicando-se a tarifa e a estrutura tarifária vigentes.

5.2 Os recursos orçamentários estimados serão utilizados pelo **CONTRATANTE** exclusivamente na liquidação e pagamento desta Carta-Contrato.

5.2.1. O **CONTRATANTE** deverá providenciar a cada início de exercício, nova dotação orçamentária própria para suportar o pagamento das faturas objeto da prestação do serviço ora contratado.

5.3. Ainda que o valor mensal faturado ultrapasse o valor estimado desse instrumento contratual, o **CONTRATANTE**, fica sujeita ao pagamento das faturas, sob pena de aplicação de multa, juros e correção monetária, pelo inadimplemento, conforme previsto no item 6.2.1. da cláusula Sexta da Carta-Contrato.

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. As faturas de água serão devidas a partir de sua apresentação pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** e a data para pagamento das mesmas virá estipulada na própria fatura, com prazo de pagamento não inferior a 05 (cinco) dias.

6.1.1. A data de vencimento da fatura poderá ser alterada se, por ventura, a fatura não for entregue pela **CONTRATADA** em tempo hábil para pagamento pelo **CONTRATANTE**.

6.2. Os pagamentos serão efetuados pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, por meio de depósito bancário identificado em conta bancária por esta indicada, em nome



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da **CONTRATADA**, e ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data da emissão da respectiva fatura.

6.2.1. Se por motivo não imputável à **CONTRATADA** o pagamento da fatura não ocorrer dentro do prazo de 30 (trinta) dias da apresentação da mesma, incidirá multa de 2%, Juros de 1% a.m., e Correção Monetária sobre o valor a ser pago, desde a data final de seu vencimento até a data do efetivo pagamento.

CLAUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. A vigência desta Carta-Contrato é por 60 (sessenta) meses, iniciando-se em 01 de março de 2022, considerando a inexistência de competitividade do setor, por tratar-se de concessionária única de fornecimento de água tratada na localidade, e por se tratar de serviço público essencial, sendo obrigatório, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além das demais previstas nesta Carta-Contrato ou dela decorrentes, aquelas descritas nos anexos do Projeto Básico respectivo, em especial as contidas no Contrato de Concessão, e ainda a:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**, nestes compreendendo o pagamento das faturas emitidas de acordo com o volume de água consumido/medido;
- b) Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Carta-Contrato;
- c) Assegurar o livre acesso ao hidrômetro ao pessoal da **CONTRATADA**, para realização da leitura ou para eventual instalação ou aferição do instrumento de medição;
- d) A providenciar a publicação da presente Carta-Contrato no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia até o quinto dia útil do mês



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seguinte ao de sua assinatura, conforme determinação do parágrafo único do art. 61 da Lei nº. 8.666/93.

8.2. O CONTRATANTE, não poderá transferir em hipótese alguma este instrumento contratual a terceiros, sem expressa autorização da **CONTRATADA**;

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas nesta Carta-Contrato ou dela decorrentes, aquelas descritas nos anexos do Projeto Básico respectivo, em especial as contidas no Contrato de Concessão e no Regulamento de Serviço (o qual futuramente será encaminhado pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**), e ainda a:

- a) Prestar os serviços em consonância com as orientações fornecidas pela legislação pertinente em vigor e na forma estabelecida pelos Regulamentos de Serviço e Contrato de Concessão.
- b) Fornecer água ao **CONTRATANTE** de acordo com o índice de qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade conforme o que determina a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.
- c) Efetuar a coleta e o tratamento de esgoto, se houver rede coletora existente no local da prestação do serviço objeto principal desta Carta-Contrato, de forma a atender as especificações da legislação aplicável;
- d) Além do fornecimento de água e da coleta e tratamento de esgoto a **CONTRATADA** disponibilizará para o **CONTRATANTE** os serviços descritos no Regulamento de Serviço, a ser enviado ao **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA**.
- e) A **CONTRATADA**, durante a vigência desta Carta-Contrato, deverá prestar os serviços objeto desta Carta-Contrato de forma ininterrupta, salvo, quando motivado por razões de ordem técnica, caso fortuito ou força maior, bem como demais hipótese prevista em lei, regulamento e contrato.
- f) Em caso de interrupção do abastecimento de água, a **CONTRATADA** deverá empenhar-se para restabelecer o fornecimento dentro de prazo razoável de modo que não prejudique a **CONTRATADA**, assim que sanado o motivo da interrupção.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g) Efetuar a medição do volume de água consumido o qual será apurado, mensalmente, pelo cálculo definido pela diferença existente entre a leitura anterior e a última leitura coletada, ressalvada a hipótese de faturamento por consumo mínimo, consoante ajustado no item 4.1. da Cláusula Quarta.

h) Manter durante toda a execução desta Carta-Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e capacitação previstas nos artigos 27 até 32 da Lei nº. 8.666/93, incluindo a regularidade junto ao INSS, FGTS, Tributos Estaduais, Federais e Municipais, assim como as qualificações exigidas de acordo com o artigo 55, XIII, da Lei nº. 8.666/93.

9.2. A CONTRATADA, não poderá transferir em hipótese alguma este instrumento contratual a terceiros, sem expressa autorização do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DA CARTA-CONTRATO

10.1. Integram a presente Carta-Contrato, independentemente de anexação ou transcrição, os seguintes documentos:

- a) Contrato de Concessão firmado entre a **CONTRATADA** e o Poder Concedente;
- b) Projeto Básico respectivo, Termo que inexigiu de licitação esta contratação, proposta da **CONTRATADA** e os demais elementos constantes no Processo Administrativo respectivo.

10.2. O presente instrumento deverá ser sempre interpretado de forma harmônica com os anexos do Projeto Básico respectivo, sendo certo que, em caso de divergência, prevalecerá o disposto o disposto nesses anexos.

10.3. É obrigação do **CONTRATANTE** a solicitação dos anexos deste instrumento, sendo que a sua ignorância não a eximirá de cumprir todas as determinações neles contidas, desde que tais anexos e regulamentos tenham sido encaminhados pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O presente instrumento contratual poderá ser antecipadamente rescindido na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer obrigação prevista na Carta-Contrato, desde que não seja sanada pela parte infratora em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da comunicação enviada pela parte inocente para tal fim;
- b) término do Contrato de Concessão, seja a que título for;
- c) perda de capacidade ou condições da **CONTRATADA** para a continuidade plena dos serviços ora contratados ou, ainda, execução inadequada e erros reiterados a serem aferidos pelo **CONTRATANTE**;
- d) a requerimento do Poder Concedente ou da Agência Reguladora, em caso de acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo de Distrato, assinado pelos representantes do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**.

11.2. O presente instrumento contratual poderá ainda, ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

11.3. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não dará à **CONTRATADA** direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, exceto o direito de receber pelas faturas em débito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

12.1. A **CONTRATADA** se obriga, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as normas cabíveis, incluindo a Lei Brasileira Anticorrupção, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da **CONTRATANTE** (“Política Anticorrupção”).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.2. A CONTRATADA declara e garante que não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, parte relacionada, durante o cumprimento das obrigações previstas nesta Carta-Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

12.3. A CONTRATADA declara e garante que não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foram condenados ou indiciados sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) listados em alguma entidade governamental, tampouco conhecidos ou suspeitos de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro; (iv) sujeitos a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental; e (v) banidos ou impedidos, de acordo com qualquer lei que seja imposta ou fiscalizada por qualquer entidade governamental.

12.4. Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste contrato deverá estar acompanhada de fatura detalhada, contendo discriminação dos serviços prestados e/ou bens adquiridos, conforme o caso. A **CONTRATADA** obriga-se a manter livros, contas, registros e faturas precisos e concorda que, se considerar necessário, a **CONTRATANTE** terá o direito de, direta ou indiretamente, com o auxílio de terceiros que venha a indicar, auditar os livros, contas, registros, faturas e documentação de suporte que embasem as cobranças e/ou os pedidos de reembolsos, para verificar o cumprimento do disposto nas Leis Anticorrupção e também na Política Anticorrupção, sendo que a **CONTRATADA** irá cooperar totalmente no curso de qualquer auditoria, obrigando-se a apresentar as informações e documentos eventualmente necessários, sempre que solicitados.

12.5. O não cumprimento por parte da **CONTRATADA** das Leis Anticorrupção e/ou da Política Anticorrupção será considerada uma infração grave a este contrato e conferirá à **CONTRATANTE** o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o presente contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a **CONTRATADA** responsável pelas perdas e danos, nos termos de lei aplicável.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.6. A **CONTRATADA** declara que, direta ou indiretamente, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer coisa de valor e, durante a vigência deste contrato, não irá ofertar, prometer, pagar, ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer coisa de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a **CONTRATANTE** e/ou seus negócios.

12.7. A **CONTRATADA** declara que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas com atividades criminosas, em especial as Leis Anticorrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo.

12.8. A **CONTRATADA** declara e garante que (i) os atuais representantes da **CONTRATADA** não são funcionários públicos ou empregados do governo; (ii) informará imediatamente, por escrito, qualquer nomeação de seus representantes como funcionários públicos ou empregados do governo; e (iii) eventual nomeação, nos termos do item “ii” anterior, resultará automaticamente na rescisão deste contrato, sem a imposição de qualquer multa ou penalidade.

12.9. A **CONTRATADA** notificará prontamente, por escrito, a **CONTRATANTE** a respeito de qualquer suspeita de violação do disposto nas Leis Anticorrupção e/ou na Política Anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. O **CONTRATANTE** declara aceitar integralmente todos os termos e especificação do Contrato de Concessão, parte integrante desta Carta-Contrato, a eles se sujeitando no que não está neste instrumento previsto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.2. A presente Carta-Contrato vincula-se ao Projeto Básico respectivo, ao termo que inexigiu de licitação esta contratação, à proposta da **CONTRATADA** e aos demais elementos constantes no Processo Administrativo respectivo, ou seja, ao processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO de responsabilidade do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO COMPETENTE

14.1. Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e assinado na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 02 de dezembro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	EDUARDO LANA DE PAULA Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/12/2021, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO LANA DE PAULA, Usuário Externo**, em 06/12/2021, às 13:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 06/12/2021, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 06/12/2021, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0767522** e o código CRC **19E88541**.

0002499-60.2021.6.22.8000

PROJETO BÁSICO Nº 13/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP

1.0 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao que prescreve os artigos 6º, IX, e 7º, I, § 2º e § 9º, da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, que busca discriminar os serviços a serem contratados, conforme disposições a seguir.

2.0 – DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratação da empresa Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda, por inexigibilidade, com fulcro no Art. 25, I, da Lei 8.666/93, para fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário, para atender ao Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno, dando continuidade aos serviços já prestados, conforme dados abaixo:

MATRÍCULA	NOME	ENDEREÇO	CIDADE/UF
127-9	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno	Av. Castelo Branco, 970 - Bairro dos Pioneiros	Pimenta Bueno/RO

Os quantitativos de consumo de água estão previstos no item 6 deste Projeto Básico.

3.0 – DA JUSTIFICATIVA E DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O imóvel do Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno (9ª Zona Eleitoral) não possui poço tubular para abastecimento de água, sendo que a necessidade de água para o imóvel é suprida atualmente pela empresa local de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda, contratada por meio da Carta-Contrato 04/2017, cujo vigência de 60 meses expira em 01/03/2022 (Processo SEI n. 0000730-56.2017.6.22.8000, evento 0182480). Pelo exposto, faz-se necessária uma nova contratação de concessionária de serviços de fornecimento de água tratada para utilização no referido Fórum Eleitoral.

Assim sendo, considerando que a empresa Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda é a única concessionária local de fornecimento de água tratada, conforme Atestado de Exclusividade constante nos anexos deste Termo de Referência, inexistindo mercado concorrencial, **propõe-se a contratação por inexigibilidade de licitação**, vez que inviável a competição, conforme preceitua o Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Com relação ao planejamento e à objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Projeto Básico consta do Plano Anual das Contratações para 2022, aprovado pela PORTARIA Nº 147 2021 (SEI [0002711-81.2021.6.22.8000](#), evento [0727578](#)) e vem ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANO ESTRATÉGICO 2021- 2026 deste órgão, a saber:

- Garantir a adequada priorização dos gastos e investimento;
- Otimizar a execução orçamentária e financeira
- Otimizar a gestão de custos e redução do desperdício;
- Garantir agilidade e qualidade nas contratações
- Aprimorar a qualidade de vida no trabalho
- Aprimorar o atendimento ao eleitor e jurisdicionado

Adotam-se no presente Projeto Básico mecanismos de aperfeiçoamento para alinhar as necessidades orçamentárias ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Busca-se estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

4.0 – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O objeto a ser contratado é de titularidade da Administração Direta Municipal, no entanto, o serviço foi delegado à empresa Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda através de procedimento licitatório que cominou no Contrato de Concessão nº 001/2015 - PGM, firmado com o Município de Pimenta Bueno, sendo, portanto, as regras de sustentabilidade ambiental critérios de avaliação e fiscalização firmados entre concedente e concessionário, não se aplicando na contratação pretendida.

5.0 – DO PRAZO

Propõe-se a vigência do contrato para 60 (sessenta) meses, **iniciando-se em 01 de março de 2022**, considerando a inexistência de competitividade do setor, por tratar-se de concessionária única de fornecimento de água tratada na localidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, será mais vantajoso para a administração, tendo em vista a economicidade alcançada no dimensionamento da contratação pelo prazo máximo legal previsto na Lei 8.666/1993, tornando-se desnecessárias as prorrogações anuais, já que não haverá como realizar comparativos de vantajosidade.

Ademais, caso o mercado venha a se alterar criando alguma competitividade, poderá a Administração, a qualquer tempo, usando dos poderes legais a ela conferidos, rescindir a avença e realizar o certame licitatório.

6.0 – DO VALOR

O valor total estimado da contratação para o período de 60 meses é de **R\$ 12.371,50 (doze mil, trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos)**, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Faixa de Consumo Mensal	Valor da tarifa de água (m³)	Valor Mensal Tarifa de água	Valor mensal Tarifa de esgoto	Custo Mensal água (m³ x tarifa)	Custo Mensal esgoto (m³ x tarifa)	Custo total mensal	Valor estimado para cada exercício (soma custo mensal água + custo mensal esgoto X meses do ano/exercício)
2022 (10 meses)	Até 10 m³	R\$7,26	R\$3,12	R\$72,60	R\$31,20	R\$166,10	R\$1.661,00
	Acima de 10 m³ - média de 5 m³	R\$8,72	R\$3,74	R\$43,60	R\$18,70		
2023	Até 10 m³	R\$7,99	R\$3,43	R\$79,86	R\$34,32	R\$182,71	R\$2.192,52
	Acima de 10 m³ - média de 5 m³	R\$9,59	R\$4,11	R\$47,96	R\$20,57		
2024	Até 10 m³	R\$8,78	R\$3,78	R\$87,85	R\$37,75	R\$200,98	R\$2.411,77



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Acima de 10 m³ - média de 5 m³	R\$10,55	R\$4,53	R\$52,76	R\$22,63		
2025	Até 10 m³	R\$9,66	R\$4,15	R\$96,63	R\$41,53		R\$2.652,95
	Acima de 10 m³ - média de 5 m³	R\$11,61	R\$4,98	R\$58,03	R\$24,89	R\$221,08	
2026	Até 10 m³	R\$10,63	R\$4,57	R\$106,29	R\$45,68		R\$2.918,24
	Acima de 10 m³ - média de 5 m³	R\$12,77	R\$5,48	R\$63,83	R\$27,38	R\$243,19	
2027 (2 meses)	Até 10 m³	R\$11,69	R\$5,02	R\$116,92	R\$50,25		R\$535,01
	Acima de 10 m³ - média de 5 m³	R\$14,04	R\$6,02	R\$70,22	R\$30,12	R\$267,51	
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO							R\$12.371,50

Para a estimativa do valor total da contratação utilizou-se como base a média de consumo dos últimos 5 anos, que é de 15 m³/mês, com aplicação dos valores tarifários atualmente em vigor, constantes na tabela de estrutura tarifária da Águas de Pimenta Bueno (evento [0742919](#)), conforme a seguir demonstrado:

a) os valores tarifários da Categoria Pública, classe de consumo P.1, que é de 0 a 10 m³/mês, cujo valor é R\$ 7,52, com respectiva aplicação da tarifa de esgoto, que é R\$ 3,12

b) os valores tarifários da Categoria Pública, classe de consumo P.2, que é de 11 a 20 m³/mês, cujo valor é 8,72, aplicado sobre o consumo estimado de 5m³, com respectiva aplicação da tarifa de esgoto, que é de R\$ 3,74.

c) estimativa de reajustes tarifários anuais, nos meses de janeiro dos anos de 2023 a 2027, no patamar médio de 10% (dez por cento);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quanto à estimativa do percentual de reajuste tarifário, em que pese a ausência de um índice específico no modelo de contrato padrão (evento [0742923](#)), foi considerado o IGP-M, com prospecção de 10% ao ano a partir de 2023, baseado na conjuntura atual. Portanto, para os anos de 2023 a 2027 foi utilizado esse percentual **médio** de reajuste, **somente para efeito de metodologia de cálculo da estimativa do valor a ser contratado.**

7.0 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A despesa para contratação do serviço decorrente do presente Projeto Básico correrá inicialmente com recursos do Orçamento Anual de 2022 deste Tribunal, conforme quadro abaixo, sendo que para os demais exercícios ocorrerá com recursos dos respectivos orçamentos:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
PLANO INTERNO:	IEF ÁGUA
VALOR (2022) :	R\$ 1.661,00

8.0 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

Não há requisitos específicos para participação e habilitação para o fornecimento do objeto deste PB devendo ser exigidas, para a contratação, a documentação de praxe a seguir:

1. Certidão Negativa do INSS/ RFB (Tributos Federais);
2. Certidão Negativa do FGTS;
3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e,
4. Certidão do CNJ.

9.0 – DO CONTRATO E SUAS CLÁUSULAS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Deverá ser firmado contrato, conforme preconizada no art. 62, *caput*, da Lei nº. 8.666/93, o qual respeitará as regras da mencionada lei e outras normas cabíveis ao serviço em questão.

Por se tratar de contrato de adesão, regulamentado por legislação específica, as regras contratuais estão dispostas no Modelo de Contrato padrão fornecido pela empresa pela empresa Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda, constante do Anexo VI deste Projeto Básico (evento [0742923](#)). Cabe salientar que embora o modelo de contrato padrão esteja com timbre de Águas de Ariquemes, as duas empresa (Águas de Pimenta Bueno e Águas de Ariquemes fazem parte do mesmo grupo empresarial).

10.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O gestor do contrato será o titular da Seção de Administração Predial/SEAP, auxiliado por servidores lotado na unidade. O fiscal do contrato será o Chefe de Cartório Administrador do Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno. Nas ausências legais dos titulares da gestão e da fiscalização, caberá aos seus substitutos legais tal incumbência. As atribuições do gestor e do fiscal estão previstas na IN IN 04/2008-TRE/RO.

11.0 – ANEXOS

São anexos do presente Projeto Básico os documentos abaixo relacionados:

- I - Contrato de concessão ([0742916](#));
- II - Contrato Social e documentos do representante legal ([0742917](#));
- III - Estrutura tarifária em vigor ([0742919](#));
- IV - Declaração de Exclusividade ([0742921](#));
- V - Declaração inexistência fato superveniente;
- VI - Modelo de contrato padrão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO**, **Chefe de Seção**, em 06/10/2021, às 11:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0747395** e o código CRC **207BC3ED**.

0002499-60.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002499-60.2021.6.22.8000

INTERESSADO: 9ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: Inexigibilidade - Contratação da empresa Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda para fornecimento de água tratada e esgotamento ao Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno/RO.

PARECER JURÍDICO Nº 191 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado com o objetivo de contratar a empresa Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda para a prestação de serviço de fornecimento de água tratada para suprir as necessidades do Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno/RO.

02. A solicitação para autorização da contratação ([0743441](#)), contendo as informações iniciais, foi apresentada ao secretário da SAOFC pelo chefe da Seção de Administração Predial (SEAP). Pelo Despacho 1712/2021 ([0744195](#)), foi autorizado pelo titular da SAOFC o pedido para elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Projeto Básico e da Informação Conclusiva do Valor Estimado.

03. Finalizando a instrução do procedimento, juntou-se aos autos o ETP 4 ([0747393](#)), o Projeto Básico 13 ([0747395](#)), a Informação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conclusiva do Valor Estimado ([0747394](#)), e as certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa ([0742926](#)).

04. O Projeto Básico citado contém a descrição do objeto, justificativa, inexigibilidade, valor, forma de pagamento, contrato, aderência orçamentária, gestão e fiscalização, e está complementado pelos seus anexos ([0742916](#), [0742917](#), [0742919](#), [0742921](#)).

05. Na Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 103/2021 ([0749209](#)), a COMAP, unidade responsável pela avaliação, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08, concluiu que o PB juntado está em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo Art. 6º, inciso IX; Art. 7º, inciso I; Art. 25 c/c Parágrafo único do Art. 26, todos da L. 8.666/93 para contratação direta com inexigibilidade de licitação, a ser analisada pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 11 da IN nº 004/2008-TRE-RO.

06. A Coordenadoria Orçamento, Finanças e Contabilidade, por meio da Informação nº 242/2021 - PRES/DG/SAOFC/COFC ([0749540](#)), informa a impossibilidade de realizar a programação orçamentária e a consequente reserva orçamentária, pois se trata de despesa a ocorrer somente no exercício 2022 e depende de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022, atualmente em tramitação no Congresso. Apesar disso, aduz que a proposta orçamentária deste Tribunal para o exercício de 2022 tramita no processo [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão de R\$ 53.064,00 destinados a despesas objeto desta contratação.

07. Em seguida, a Seção de Contratos (SECONT) elaborou a minuta de carta-contrato ([0751304](#)).

08. Assim instruídos vieram os presentes autos para análise da Assessoria Jurídica ([0751306](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. O Projeto Básico foi elaborado pela SEAP – Seção de Administração Predial e juntado aos autos pelo evento 0747395, no qual se destacam os seguintes aspectos:

a) a empresa citada é a única prestadora dos serviços de fornecimento de água tratada naquela localidade, como se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

denota na Lei Municipal nº 1.668/2011 e Contrato de Concessão nº 001/2015 – PGM ([0742916](#));

b) a vigência do contrato, fugindo à regra da anualidade, está sendo dimensionada para 60 (sessenta) meses, em louvor ao princípio da economicidade, já que dispensaria as renovações anuais, vez que inexistentes parâmetros de vantajosidade em razão da ausência material de competição;

c) o valor estimado da contratação para o período de 60 meses (março/2022 a março/2027) foi modulado em R\$ 12.371,50, tomando-se como parâmetro os valores atuais, inclusive com aplicação de reajustes anuais, aplicados sobre as expectativas de consumo para o período, dimensionados na planilha elaborada no item 6.0 do PB juntado.

10. No que diz respeito à contratação por inexigibilidade de licitação, o **Manual de Licitações & Contratos**, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária.

A licitação impossível pela inviabilidade de competição, caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229)

11. Pelo que se vislumbra das informações acima contidas, há inviabilidade de competição para a contratação pretendida por **ausência de mercado concorrencial**: para a localidade que reclama o serviço, apenas a Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda disponibiliza o fornecimento de água tratada, conforme a Lei Municipal nº 1.668/2011 e Contrato de Concessão nº 001/2015 – PGM ([0742916](#)). Assim, a contratação ora pretendida será direta.

12. Resta analisar a questão da duração do contrato, nos termos da solicitação da SEAP. É sabido que, de acordo com o **art. 57 da Lei 8.666/93** impera a regra geral da anualidade para as contratações públicas, sendo, no entanto, possível a prorrogação de alguns ajustes, por iguais e sucessivos períodos por até cinco anos, quando os serviços por eles avençados possuírem natureza continua sendo observada a manutenção da vantajosidade para a Administração contratante, nos termos do Art. 57, II, da lei nº 8.666/93.

13. Analisando e interpretando essa regra geral, o TCU tem admitido, como na **Decisão 25/2000 - Plenário**, que o contrato seja



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dimensionado, *ab initio*, diretamente por até 60 meses, desde que: **a)** os serviços sejam contínuos e, **b)** a vigência excepcional seja justificada pela Administração.

14. Não há dúvida da comprovação nos autos do atendimento de ambas as exigências, posto tratar-se, de fato, de serviço contínuo, nos termos que definidos pela **Resolução TSE nº 23.234/2010**, já que sua interrupção compromete a continuidade da prestação dos serviços finalísticos do fórum eleitoral, sendo que o hiperdimensionamento dispensará as renovações anuais, vez que inexistentes parâmetros de vantajosidade em razão da ausência material de competição, materializando-se, assim, o **princípio constitucional da economicidade** no desempenho da atividade administrativa.

15. Todavia, cabe registrar que havendo qualquer alteração no mercado que produza um quadro de competitividade, o fato deverá ser relatado *incontinenti* pelo fiscal do contrato para, ao lado dos demais aspectos, decidir pela continuidade ou não da avença.

16. No que diz respeito especificadamente a contratação por inexigibilidade, preceitua o parágrafo único do artigo 26 da Lei 8666/93 que:

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

(...)

17. Por sua vez, sendo o caso de fornecedor único do serviço, como atestado nos autos, não há outra escolha possível, satisfazendo, portanto, a regramento art. 26, II, da Lei nº 8.666/93.

18. Quanto à compatibilidade do preço, em regra recomenda-se avaliar a possibilidade de realizar pesquisas de mercado adotando os parâmetros da Instrução Normativa SG/ME nº 73/2020.

19. Contudo, na hipótese sob apreciação, é cobrada uma tarifa pelo serviço conforme o volume de água e esgoto utilizado pelo usuário com base na estrutura tarifária apresentada na tabela juntada ao evento 0742919, sendo que preço é o mesmo para todos os órgãos da Administração Pública. Assim, a pesquisa mostrou-se infactível.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

20. Diante ao exposto, inexistindo alternativas viáveis para a contratação do serviço de água tratada e esgoto sanitário demandados pela unidade da Justiça Eleitoral no Município de Pimenta Bueno e se tratando de serviço prestado em caráter de exclusividade pela Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda, poderá a Administração contratá-lo diretamente com essa empresa, com fundamento no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

21. Por seu tempo, verifica-se que o Projeto Básico ([0747395](#)) acompanhado de seus anexos, possui os elementos essenciais previstos pelo artigo 6º, IX, da Lei 8.666/93, conforme manifestação da Coordenadora da COMAP ([0749209](#)), unidade competente para a análise dos termos de referência neste Regional, podendo ser apresentado a autoridade, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações.**

22. No tocante aos termos da minuta de Carta-Contrato juntada aos autos, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

23. Assim, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, do Lei nº 8.666/93, esta **Assessoria Jurídica** manifesta sua **aprovação** aos termos da referida minuta de Carta-Contrato ([0744195](#)).

24. Por derradeiro, com precedente na **Decisão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo **art. 26** da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor da contratação se estabelecer abaixo dos patamares da dispensa legal. Todavia, nada impede que a publicação da contratação se dê no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral em homenagem ao princípio da publicidade.

Á consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 25/10/2021, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 25/10/2021, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0754489** e o código CRC **6F6F853B**.

0002499-60.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002499-60.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Contratação da empresa Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda. para fornecimento de água tratada e esgotamento ao Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno.

DESPACHO Nº 1510 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Manutenção Predial – SEAP visando a contratação da empresa ÁGUAS DE PIMENTA BUENO SANEAMENTO SPE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 23.201.047/0001-19, concessionária de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, para a prestação de serviço de fornecimento de água tratada, por 60 (sessenta) meses, iniciando-se em 1º/03/2022, para suprir as necessidades do Fórum Eleitoral de Pimenta Bueno ([0717754](#)).

Para instruir o feito, juntou-se a solicitação de contratação ([0743441](#)); o estudo técnico preliminar para dispensas e inexigibilidades de licitação - ETP ([0747393](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0747394](#)), e as certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa ([0742926](#)).

Carreou-se, ainda, o certificado de exclusividade fornecido pela própria empresa, em consonância com o contrato de concessão firmado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com a Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno, evento nº [0742916](#), declarando que presta em caráter exclusivo os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário aos usuários que se localizem na área de concessão ([0742921](#)).

O projeto básico ([0747395](#)), que estima o valor da contratação em R\$ 12.371,50 (doze mil trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos), contém a descrição do objeto, justificativa, inexigibilidade, valor, forma de pagamento, contrato, aderência orçamentária, gestão e fiscalização, e está devidamente complementado pelos seus anexos.

Por se tratar de fornecedor exclusivo, a estimativa de preços foi baseada em estimativa de quantidade de água (m³) a ser consumida no período da contratação, multiplicada pela tarifa vigente na data da elaboração da informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([0747394](#)).

A COMAP, em análise do projeto básico, complementado pelo contrato de adesão ([0742923](#)) e a carta de exclusividade ([0742921](#)), concluiu que a contratação que se pretende efetivar encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX; art. 7º, inciso I; art. 25 c/c parágrafo único do art. 26, todos da Lei nº 8.666/93, para contratação direta com inexigibilidade de licitação, manifestando-se pela adjudicação do objeto à proponente ([0749209](#)).

A COFC atestou não ser possível efetuar a programação e consequente reserva orçamentária, por se tratar de despesa a ser excutada somente no exercício 2022 e depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022. Em complemento, registrou que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022 tramita no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante destinado a despesas com o objeto dessa contratação ([0749540](#)).

A SECONT elaborou a minuta de carta-contrato, evento nº [0751304](#), e remeteu os autos para análise da Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, tendo esta concluído que a contratação em questão poderá ser processada diretamente já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93; opinou pela regularidade do projeto básico; e aprovou os termos da minuta de carta-contrato, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da lei supradita. Ademais, sugeriu a publicação do ato da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, em razão do valor da contratação se estabelecer abaixo dos patamares da dispensa legal ([0754489](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade e se manifestou pela aprovação do ETP e do projeto básico; pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela contratação direta da empresa, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; pela publicação da dispensa apenas no DJE, em respeito ao princípio da publicidade ([0754685](#)).

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Compulsando os autos, observa-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que há inviabilidade de competição para a contratação pretendida por ausência de mercado concorrencial. Com efeito, apenas a empresa Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda. disponibiliza o fornecimento de água tratada para a localidade, conforme a Lei Municipal nº 1.668/2011 e Contrato de Concessão nº 001/2015 – PGM ([0742916](#)).

Quanto a duração do contrato, em que pese a regra da anualidade das contratações públicas, o TCU tem admitido que o contrato seja dimensionado, *ab initio*, diretamente por até 60 (sessenta) meses, desde que: **a)** os serviços sejam contínuos e, **b)** a vigência excepcional seja justificada pela Administração. Sendo assim, verificada a vantagem para esta Administração, restou devidamente comprovado nos autos ambas as exigências, como bem registrado nos itens 13 e 14 do Parecer Jurídico AJDG [0754489](#).

No tocante à compatibilidade do preço, na hipótese sob apreciação é cobrada uma tarifa pelo serviço conforme o volume de água e esgoto utilizado pelo usuário com base na estrutura tarifária apresentada na tabela juntada ao evento nº 0742919. Além disso, o preço é o mesmo para todos os órgãos da Administração Pública.

Pelo exposto, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação, reconhecida pela SAOFC e descrita no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e, por consequência:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - aprovo o ETP ([0747393](#)) e o Projeto Básico 13 ([0747395](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais estabelecidos pelo art. 6º, inciso IX; art. 7º, inciso I; art. 25 c/c parágrafo único do art. 26, todos da lei supradita;

II - aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva de evento nº [0747394](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

III - autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da lei nº 8.666/93, em razão da inviabilidade de competição, condicionada à disponibilidade orçamentária do valor da despesa;

IV - adjudico o objeto à empresa ÁGUAS DE PIMENTA BUENO SANEAMENTO SPE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 23.201.047/0001-19, e **autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 12.371,50** (doze mil trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos); e

V - determino a publicação do ato de ratificação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).

À SAOFC para continuidade das ações visando a contratação pretendida.

À SEAP para, na qualidade de fiscal do contrato, acompanhar eventuais alterações no mercado que produzam um quadro de competitividade, devendo decidir pela continuidade ou não da avença, nos termos do item 15 do parecer jurídico nº [0754489](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 03/11/2021, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0756510** e o código CRC **FB969EAA**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002499-60.2021.6.22.8000